



Programa de pós-graduação em direito
Mestrado em direito e políticas públicas

Juliano Couto Gondim Naves

O impacto do regime de proteção da propriedade intelectual na formulação de políticas públicas, com foco na difusão da inovação e no desenvolvimento: evidências sobre a experiência brasileira e indiana.

Brasília
2010

Juliano Couto Gondim Naves

O impacto do regime de proteção da propriedade intelectual na formulação de políticas públicas, com foco na difusão da inovação e no desenvolvimento: evidências sobre a experiência brasileira e indiana.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília.

Orientador Prof. Dr. Marcelo Dias Varella

Co-orientadora Profa. Dra. Maria Edelvacy Pinto Marinho

Brasília
2010

Juliano Couto Gondim Naves

O impacto do regime de proteção da propriedade intelectual na formulação de políticas públicas, com foco na difusão da inovação e no desenvolvimento: evidências sobre a experiência brasileira e indiana.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília.

Orientador Prof. Dr. Marcelo Dias Varella

Co-orientadora Profa. Dra. Maria Edelvacy Pinto Marinho

Brasília, 23 de setembro de 2010

Banca examinadora

Prof. Dr. Marcelo Dias Varella

Profa. Dra. Maria Edelvacy Pinto Marinho

Prof. Dr. Denis Borges Barbosa

À Dirce, que tanto me incentivou para realização de mais uma etapa importante de nossas vidas.

Agradecimentos

Aos meus pais, Jomerci e Maria, que me deram a vida, me incentivaram a estudar, a ser correto e por terem sido compreensivos com minhas ausências durante esta etapa acadêmica.

À Dirce, amorosa e compreensiva.

Aos meus amados irmãos Daniella e Fernando.

Aos meus professores Marcelo e Maria, pessoas que eu admiro, pela orientação, paciência e incentivo na execução deste trabalho.

Aos colegas do mestrado.

Ao SERPRO empresa que contribuiu para que eu pudesse realizar este trabalho.

A todos os colegas da COJUR que, sem exceção, ajudaram-me e, em especial, ao Ulysses pelo incentivo na condução desse projeto e ao Maurício Saraiva, que partilhou comigo o início dessa empreitada.

Resumo

O presente estudo possui o objetivo de avaliar os instrumentos de transferência de tecnologia e o direito de propriedade intelectual. Esta proposta fundamenta-se no ponto de vista do tratamento que uma nação como o Brasil, em estágio de desenvolvimento, deve aplicar na formulação de suas políticas públicas para garantir o efeito incremental e desenvolvimentista, que permeiam a natureza de tais direitos. A proteção da informação como instrumento de desenvolvimento, investimento e criação de novos conhecimentos seria o meio pelo qual se possibilitaria a popularização dos benefícios da tecnologia. No entanto, a proposição inversa também figura como tese razoável para o entendimento do mecanismo do desenvolvimento científico. A realização deste projeto exige a compreensão histórica da evolução dos direitos de propriedade industrial, a avaliação dos mecanismos internacionais que orientam a utilização autorizada do conhecimento, o regime jurídico nacional de proteção da propriedade intelectual como forma de conhecer o impacto da política pública brasileira de proteção à propriedade imaterial e o resultado dessa política em benefício do interesse público nacional. Interessa saber de que forma as ferramentas jurídicas de proteção ao direito do titular do privilégio da proteção do bem intangível podem se relacionar com as estruturas colocadas à sua disposição, bem como, os conjuntos de normativos extraterritoriais que influenciam a estrutura doméstica de propriedade intelectual. As questões que merecem destaque na pesquisa são o princípio do direito natural da propriedade intelectual e da retribuição pelo uso dos direitos intangíveis, os argumentos econômicos do mercado, a necessidade de preservar o estímulo à invenção e à difusão desse conhecimento para compatibilizar o direito de propriedade intelectual e o interesse público no contexto do comércio global entre as economias industrializadas e aquelas em desenvolvimento.

Expressões-chave: propriedade intelectual, desenvolvimento, políticas públicas.

Abstract

The purpose of this study is to assess the instruments of technology transfer and intellectual property law. This proposal is based on the viewpoint of treatment that a nation like Brazil, in the development stage, must operate in the formulation of public policies to ensure incremental and developmental effects that constitute the nature of those rights. The protection of information as a tool for development, investment and creating new knowledge would be the means by which to enable the popularization of the benefits of technology. However, the inverse proposition also appears as a reasonable argument for understanding the mechanism of scientific development. This project requires an understanding of the historical evolution of industrial property rights, the international assessment of the mechanisms underlying the authorized use of knowledge, the national legal system of intellectual property protection as a way of knowing the impact of the Brazilian public policy of protecting intangible property and result of this policy for the benefit of the public interest. Interested to know how the legal tools to protect the rights of the holder of the privilege of protecting the intangible asset may relate to the structures available to them, as well as sets of extraterritorial regulatory structure that influence the domestic intellectual property. The issues that deserve attention in the research are the principle of natural law of intellectual property and the consideration for the use of intangible rights, the economic arguments of the market, the need to preserve the incentive to invent and disseminate this knowledge to match the right property intellectual and public interest in the context of global trade among the industrialized economies and developing ones.

Expressions key: intellectual property, development, public policies.

Listagem de siglas

ABPI – Associação Brasileira de Propriedade Intelectual
ADPIC – Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CE – Comunidade Europeia
CELEPAR – Companhia de Informática do Paraná
CUP – Convenção da União de Paris
DJU – Diário da Justiça da União
DPIs – Direitos de Propriedade Intelectual
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FDI – Investimento estrangeiro direto
FMI – Fundo Monetário Internacional
FSF – *Free Software Foundation*
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade
GNU – GNU is not UNIX
IED – Investimento Estrangeiro Direto
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
IPR – Intellectual Property Rights
KBAs – Knowledge Basic Assets
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual
ONU – Organização das Nações Unidas
OSC - Órgão de Solução de Controvérsias
P&D – Pesquisa e desenvolvimento
PCT – *Patent Cooperation Treaty*
PhRMA – Pesquisa Farmacêutica e Fabricantes da América
PI – Propriedade intelectual
PIB – Produto Interno Bruto
RECEITANET – Programa da RFB para o envio das declarações do imposto de renda
RFB – Receita Federal do Brasil
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SL – Software livre
STJ – Superior Tribunal de Justiça
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
USPTO – Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos
WIPO – World Intellectual Property Organization
WTO – World Trade Organization

Sumário

Introdução.....	11
Capítulo I – O processo de fortalecimento e de harmonização da propriedade intelectual.....	20
1.1 A função da proteção da propriedade intelectual	23
1.2 O efeito da Revolução Industrial na criação do sistema internacional de proteção dos DPIs	25
1.3 Da fase de internacionalização dos DPIs.....	27
1.3.1 O processo de consolidação internacional da propriedade intelectual	31
1.3.2 Da inclusão dos Direitos de Propriedade Intelectual no GATT	33
1.3.3 A rodada de negociações no Uruguai	34
1.3.4 O papel da Organização Mundial do Comércio como forum de discussão da propriedade intelectual.....	36
1.4 A opção mundial pelo fortalecimento da propriedade intelectual	38
1.5 Políticas de flexibilização	40
1.6 Do prazo das patentes <i>pipeline</i> e sua interpretação pelo Poder Judiciário brasileiro	42
1.7 Os custos de adesão ao sistema harmonizado	45
1.8 Políticas de flexibilização já existentes	46
1.8.1 O licenciamento compulsório.....	47
1.9 A Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e a saúde pública.....	48
1.9.1 A exaustão de direitos e a importação paralela	50
1.9.2 Exceção bolar	52
1.9.3 Propostas de flexibilização	53
1.10 Do vínculo entre propriedade intelectual e o desenvolvimento econômico: a difusão da tecnologia	54
1.11 Sistemas de inovação e proteção jurídica do patrimônio intangível	59
1.11.1 Difusão do conhecimento versus <i>enforcement</i> da PI.....	61
1.12 A nova divisão mundial das nações: o critério tecnológico	64
1.13 Proteção da propriedade intelectual, inovação e difusão do conhecimento: um caminho possível?	65
1.14 Considerações finais	70
Capítulo II - Propriedade intelectual e o seu reflexo na política pública brasileira para o software.....	74
2.1 A utilização da proteção patentária de softwares	75
2.1.2 A controvérsia sobre a patenteabilidade de softwares.....	77
2.2 A natureza do software e o papel das políticas públicas na eleição do modelo protetivo mais adequado	80
2.3 O efeito secundário da contrafação	84
2.4 O software livre – uma alternativa para o desenvolvimento e socialização de tecnologias	86
2.4.1 O histórico do surgimento do software livre	89
2.4.2 As quatro liberdades do software livre.....	92
2.5 Da modalidade do licenciamento no formato do <i>Creative Commons</i>	94
2.6 O uso do software livre na administração pública.....	95
2.7 Considerações finais	96
Capítulo III – A política pública indiana para o fortalecimento de sua indústria farmacêutica.....	98
3.1 O contexto do Indian Patent Act.....	101

3.2 A regra de transição para os países em desenvolvimento	104
3.3 A origem do conflito	105
3.3.1 Os impactos do Painel na reformulação do <i>Indian Patent Act</i> , de 1970	108
3.3.2 A política de propriedade industrial no contexto do <i>Indian Patent Act</i>	109
3.4 O impacto da reforma do <i>Indian Patent Act</i> na indústria estabelecida na Índia	112
3.4.1 Pesquisa e desenvolvimento na Índia no período posterior à harmonização de proteção da PI.....	114
3.5 A oportunidade histórica aproveitada pela Índia	117
3.6 O reflexo da política pública no <i>Indian Patent Act</i>	118
3.7 Uma breve comparação entre a política indiana e a brasileira quanto ao acesso a medicamentos	120
3.8 O perfil dos laboratórios oficiais no Brasil.....	122
3.9 A política de preços diferenciados em medicamentos essenciais	123
3.9.1 O programa de medicamentos genéricos no Brasil	125
3.9.2 O programa farmácia popular.....	126
3.10 O processo de desnacionalização da indústria farmacêutica nacional e a tentativa de criação <i>superfarmacêutica</i>	126
3.11 Os entraves burocráticos: licitação, pessoas, orçamentos	127
3.12 A anuência prévia da ANVISA na concessão de patentes pelo INPI.....	129
3.13 Considerações finais	130
Conclusão	132
Referências	137